

ITAIPU: RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL E REPRESSÃO CONTRA TRABALHADORES (1975-1987)

Paloma Juliana Silva ¹

Resumo: O artigo analisa a responsabilidade da empresa Itaipu Binacional na repressão contra trabalhadores nas obras de construção da hidrelétrica entre os anos de 1975 a 1987. Nesse sentido, buscaremos analisar as ações repressivas da empresa contra trabalhadores, bem como a organização sindical e a construção da greve de 1987. Do ponto de vista teórico, partimos do entendimento da ditadura fundamentada em um perfil classista, mais especificamente, empresarial-militar, a partir René Armand Dreifuss. No que se refere às questões metodológicas, utilizamos o método de responsabilização empresarial desenvolvido pela historiadora argentina Victoria Basualdo. As fontes utilizadas para o artigo são do Arquivo Nacional, do Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp), do Centro de Documentação de Itaipu Binacional (Cedoc), Arquivo do Estado do Paraná, fundo Dops, e do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (Cepedal).

Palavras-chave: Itaipu; repressão; trabalhadores; sindicato, greve.

ITAIPU: CORPORATE RESPONSIBILITY AND REPRESSION AGAINST WORKERS (1975-1987)

Abstract: The article analyzes the responsibility of Itaipu Binacional and the repression against workers in the construction works of the hydroelectric plant between the years 1975 and 1987. In this sense, we will seek repression against workers, together with the repressive apparatus and the union organization and the construction of the strike of 1987. From a theoretical point of view From a theoretical point of view, we start from the understanding of the dictatorship based on a business-military class profile of René Armand Dreifuss. Not referring to methodological issues, we use the corporate accountability method developed by Argentine historian Victoria Basualdo. The sources used for the article are from the National Archive, the Public Archive of the State of São Paulo (Apesp), the Itaipu Binacional Documentation Center (Cedoc), the Archive of the State of Paraná, the Dops fund and the Research and Documentation about Western Paraná (Cepedal).

Keyword: Itaipu; repression; workers; union, strike.

Introdução

Os sessenta anos do golpe empresarial-militar de 1964 têm proporcionado diferentes interpretações sobre a colaboração de empresas nas suas articulações e benefícios com o novo regime. Este tema vem avançando nas pesquisas acadêmicas, com novas análises e documentação inédita, dado os avanços em alguns países do Cone Sul no sentido da busca por

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS-UERJ). Bolsista da Capes. E-mail: palomasilva1917@gmail.com.

memória, verdade, justiça e reparação,² além da consolidação de uma rede de investigação em nível internacional e nacional a respeito desse tema. Por outro lado, a problemática não se restringe apenas aos debates acadêmicos e da pesquisa científica, mas tem tomado contornos que direcionam ações judiciais e processos abertos contra empresas que comprovadamente foram cúmplices dos aparatos repressivos durante os regimes baseados na Doutrina de Segurança Nacional e no terrorismo de Estado na região.

No caso do Brasil, as ações judiciais contra a Volkswagen foram possíveis graças às ações de ex-operários vítimas de violência da empresa em cumplicidade com o sistema repressivo, além da atuação de militantes e dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e de outras comissões em nível estadual e municipal. Como consequência dessa inédita movimentação sobre memória, verdade, justiça e reparação no Brasil, o projeto “Responsabilidade de empresas por violações de direitos humanos durante a Ditadura”, construído pelo CAAF/Unifesp, selecionou pesquisas que investigaram 10 empresas, entre elas, a Itaipu Binacional.³

As relações entre a empresa Itaipu e a ditadura militar brasileira na repressão aos trabalhadores durante as obras de construção da hidrelétrica já apresenta indícios no Tratado de 26 de abril de 1973, no qual os presidentes Médici e Alfredo Stroessner estabeleceram a construção da usina. O tratado previa o aproveitamento do rio Paraná para a construção de uma barragem, no limite territorial entre o Brasil e o Paraguai. A construção da barragem e do lado artificial, por sua vez, resultou em uma série de impactos ambientais e sociais – como o fim do Parque Nacional das Sete Quedas e a expropriação de terras de pequenos agricultores, posseiros e indígenas⁴ – além da criação de um ente jurídico inédito no Direito Internacional: uma empresa binacional, administrada, conjuntamente, pela Eletrobrás, estatal brasileira do setor elétrico, e pela paraguaia ANDE (Administración Nacional de Eletricidad).⁵

² No caso da Argentina ver: FILIPPINI, Leonardo; CAVANA, Agustín. Responsabilidade Empresarial e Terrorismo de Estado na Argentina. In: **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, n. 6, jul./ dez. 2011, pp. 316-350.

³ Sobre o projeto ver: TELES, Edson; CALAZANS, Carla Osmo e Marília. **Projeto A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura**: Aracruz, Cobrasma, CSN, Docas, Fiat, Folha de S. Paulo, Itaipu, Josapar, Paranapanema e Petrobras. CAAF/Unifesp, Junho 2023.

⁴ A formação de lago artificial resultou na expulsão das populações locais das terras onde viviam e trabalhavam. Esse processo atingiu milhares de camponeses, entre eles, pequenos proprietários, posseiros e trabalhadores sem terra, além de povos indígenas, sobretudo da etnia Ava-Guaranis, que também sofreram com as desapropriações e migraram para outras regiões, inclusive para o lado paraguaio.

⁵ SILVA, Jussaramar da. **A Usina de Itaipu e a Operação Condor**: o outro lado das relações bilaterais Brasil – Paraguai (1973-1987). Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010, p 137.

Nesse sentido, as disputas que se acirram em decorrência da construção da barragem entre o lado brasileiro e paraguaio, partem segundo Carlos Gómez Florentín “a participación de capitales paraguayos, también afectaba secundariamente a las posibilidades laborales de la clase trabajadora em Itaipú”.⁶ Em segunda medida, Florentín aponta sobre o possível consumo desigual de energia devido a situação econômica do Paraguai em relação ao Brasil. Além disso, pela Itaipu ter sido construída como uma empresa binacional, a corrupção por conta das diversas práticas ilegais e irregularidades praticadas pela hidrelétrica junto a agentes da administração pública existiu em ambos os lados.

Existe um mito de que não havia corrupção durante a ditadura, o que é algo altamente enganoso. Podemos observar que o cenário do regime foi um ambiente extremamente fértil para a escalada dos interesses empresariais sobre o aparelho de Estado e para práticas ilícitas envolvendo empresas privadas e coisa pública. Este parece ser o caso da hidrelétrica Itaipu Binacional.

Na contratação dos trabalhadores para a realização da obra, o consócio UNICON (União de Construtoras) reunia grandes empreiteiras, como Camargo Correia, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Cetenco e CBPO, com a função de empregar a maioria dos trabalhadores. O canteiro de obras era altamente militarizado e as questões trabalhistas eram tratadas como casos de “segurança nacional”.

As equipes de Segurança Física da Itaipu e do consócio UNICON atuavam com forte violência no sentido de controlar reprimir os trabalhadores no canteiro de obras, ao passo que a Assessoria Especial de Segurança e Informação de Itaipu (AESI) monitorava funcionários suspeitos de “subversão”, repassando informações para os órgãos da repressão, como o SNI. Alguns chegaram a ser demitidos sob a alegação de que representavam “risco à segurança nacional” e constituiriam “infiltração comunista” nos quadros da empresa. Conforme reportagem realizada recentemente, até mesmo as atividades de prostituição em Foz de Iguaçu e eram vigiadas e controladas pela ditadura e pelo aparato repressivo da empresa.⁷

⁶ FLORENTÍN, Carlos Gómez. Trabajadores, intelectuales y Estudiantes em el exilio. Itaipú y ditadura em el Cono Sur (1965-1985). In: ESTEVEZ, Alejandra; SALES, Jean; CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo (org.). **Mundos do Trabalho e Ditaduras no Cone Sul (1964-1990)**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018, p. 163.

⁷ KÖNIG, Mauri. Os filhos esquecidos de Itaipu: prostituição controlada pela ditadura para construir Itaipu deixou legião de crianças sem pai. **The Intercept**. Matéria publicada no dia 6 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/01/06/prostituicao-controlada-pela-ditadura-para-construir-itaipu-deixou-legiao-de-criancas-sem-pai/>. Acesso em: 18/09/2023.

O artigo abordará, em um primeiro momento, os processos repressivos contra trabalhadores de Itaipu e, em segunda análise, se ocupará com a presença do movimento sindical na hidrelétrica e a construção da greve de 1987.

Processos repressivos contra trabalhadores de Itaipu

Foi na década de 1960 que a presença pública e a luta por direitos, crescentes desde o Estado Novo, alcançaram fôlego na mobilização sindical, partidária e associativa no campo e na cidade, onde os trabalhadores estavam no centro do cenário político. A classe trabalhadora decidiu participar ativamente do período, e o impacto dessa decisão do movimento operário, revela a existência de projeto contra-hegemônico da classe trabalhadora, ainda que com diversas contradições. Projeto que não se reduziu às imposições da ideologia dominante e apresentaram propostas concretas de transformações sociais para além do estado de coisas estabelecido.

A derrubada de João Goulart pelos militares representou a interrupção deste processo de ascensão da organização da classe trabalhadora brasileira. Segundo Badaró, “a maioria das suas direções políticas acreditava na capacidade de resistência do presidente da república, João Goulart, e dos oficiais militares ‘legalistas’ e ‘nacionalistas’, quando não apontava na existência de uma ‘burguesia nacional’ que seria aliada da classe trabalhadora na luta anti-imperialista”.⁸

A articulação para o golpe em 1964 concorreu para a elaboração de uma nova política trabalhista imposta pelo governo Castelo Branco (1964-1967), aplicada em consonância com medidas repressivas, assim como as intervenções violentas nos sindicatos. A colaboração dos empresários no novo regime tornou-se ainda mais sólida, criando uma dinâmica de operação em cumplicidade com os militares através do fornecimento de veículos, infraestrutura, dinheiro, pessoal, acesso às plantas fabris e a remoção de qualquer obstáculo à atuação dos militares, além de construir toda uma estrutura comunicativa com objetivo de monitorar os trabalhadores e receber relatórios de inteligência sobre suas ações.

Em Itaipu, a existência da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI/Itaipu), demonstra a estrutura repressiva contra trabalhadores dentro do canteiro de obras e na consolidação da hidrelétrica. A AESI tinha como finalidade o papel “de espionar e emitir relatórios sobre os trabalhadores de Itaipu, bem como de quaisquer pessoas que fossem

⁸ BADARÓ, Marcelo; VEGA, Rubén. **Trabalhadores e Ditaduras**: Brasil, Espanha e Portugal. Rio de Janeiro : Consequências, 2014. P. 179.

consideradas suspeitas na região da Tríplice Fronteira”.⁹ Nesse sentido, segundo Jussaramar da Silva, a Itaipu constituía-se como “um braço da repressão no Brasil e no Paraguai, bem como da Operação Condor”.¹⁰

Um clima de medo e perseguição passaria a dominar o interior das empresas. Os trabalhadores foram submetidos a reformas, retiradas de direitos, proibições que afetaram diretamente sua autonomia, “o risco de perder o emprego e não ser capaz de dar provimentos a família; o risco de ser ‘fichado’ no Dops e entrar para a ‘lista negra’ das empresas; o risco de ser preso e torturado e envolver toda a família; o risco de ser morto e seu corpo nunca mais aparecer”.¹¹

Em Itaipu, os trabalhadores viveram extremas situações de vulnerabilidade em decorrência das ações do terrorismo de Estado. As condições de trabalho eram precárias e o regime de trabalho alcançava 12 horas diárias, havendo denúncia de pagamento de horas-extras sem aditivos de auxílio-periculosidade e insalubridade.¹² Nesse sentido, as práticas de repressão e controle contra os trabalhadores fazem parte da dinâmica de dominação e disciplinamento do capitalismo.

O desenvolvimento do tipo particular de capitalismo que temos no Brasil passa por marcado processos de concentração e centralização até a formação de monopólios. O aumento da intensidade do trabalho aparece, como um aumento da mais-valia, obtida através de uma maior exploração do trabalhador e não do incentivo de sua capacidade produtiva. No entanto, desde sua gênese, o capital monopolista no Brasil, é parte integrante do capital monopolista e imperialista.

Em Itaipu, as consequências concretas da exploração e opressão podem ser analisadas a partir do documento “*Possibilidades de ações subversivas – Canteiro de obras*”, de 6 de novembro de 1978. O documento informa que “aproximadamente 2.000 (dois mil) trabalhadores dos 7.170 (sete mil cento e setenta) alojados na época no CO-ME, inconformados com a falta d’água que vinha se fazendo sentir, por diversas vezes, há mais de uma semana nos alojamentos em que residem, passaram a proceder como turba, danificando algumas torneiras

⁹ SILVA, Jussaramar da. **A Usina de Itaipu e a Operação Condor**: o outro lado das relações Brasil- Paraguai (1973-1987). Dissertação de mestrado em História. São Paulo: PUC-SP, 2010, p.10.

¹⁰ *Ibidem*, p. 12.

¹¹ CORREA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. “As falas de Jerônimo”: trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, vol. 23, n. 43, jul. 2016, p. 124.

¹² MAZZAROLLO, Juvêncio. **A Taipa da Injustiça**: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 170.

e chuveiros, culminando a ação com o apedrejamento da casa das máquinas de bombeamento d'água e conseqüente quebra de vidros e telhas da referida edificação”.

O documento, então, lista uma série de problemas nas condições dos trabalhadores de Itaipu:

a) sistemática falta d'água nos banheiros e sanitários dos alojamentos; b) brutalidade e maus tratos infringidos pela vigilância da Unicon; c) suspensão do adiantamento salarial (vale) por parte do Consórcio; d) insuficiência, insegurança e falta de comodidade no transporte de pessoal; e) qualidade e temperatura de água servida nas refeições (mau aspecto e morna); f) insuficiência de recreação para as horas de lazer; g) espera exagerada nas filas formadas para acesso ao refeitório com prejuízo nas horas de descanso e/ou atrasos nas horas de início dos trabalhos; h) falta de bebedouros com refrigerador e de tanque para lavar roupas nos alojamentos.¹³

Marx aponta que toda mercadoria é constituída de três partes: o valor de uso, o valor (cuja unidade faz de algo uma mercadoria) e a mais-valia (caráter capitalista da produção da mercadoria).¹⁴ Diferentemente do que vamos encontrar no caso de Itaipu, o trabalho não é entendido fundamentalmente para a produção de valores de uso direcionados a satisfazer as necessidades reais dos seres humanos. O que encontramos são operários sofrendo perseguições e trabalhando em péssimas condições.

Sobre a perseguição, controle e monitoramento eram feitos através dos Pedidos de Busca (PB) criado pela Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), com a finalidade de coletar dados sobre trabalhadores brasileiros e estrangeiros que trabalharam na construção da Itaipu Binacional. Como mostra o documento o caso é o de um trabalhador que também atuava no consórcio Itamon, na função de montador.¹⁵

O documento relata que “órgãos de Curitiba” haviam interceptado uma correspondência sua que continha um exemplar do jornal *Tribuna da Luta Operária*. O impresso havia sido enviado do posto dos Correios localizado no canteiro de obras de Itaipu. O documento afirma que “após buscas realizadas no Canteiro de Obras, verificou-se a existência na banca de jornal do Centro Comunitário de dois exemplares do referido jornal deixados como amostras”. A partir de então, Itaipu monitorou as ações do trabalhador: “Durante o movimento eleitoral de Foz do Iguaçu, o nominado “, foi visto em um comício do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)”. Em outra parte de seu prontuário diz: “Em NOV/82, procurou formar um

¹³ **Possibilidades de ações subversivas – Canteiro de obras.** Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações.

¹⁴ MARX, K. **O Capital** [Livro 2]. São Paulo: Boitempo, 2013.

¹⁵ **Possibilidades de ações subversivas canteiro de obras Itaipu.** Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. A autora optou pela omissão dos envolvidos nas informações.

grupo entre os seus companheiros de trabalho, para protestar contra a presença do Presidente FIGUEIREDO às obras da hidrelétrica, quando da abertura oficial do Vertedouro”¹⁶. Foi elaborada uma rede de comunicação entre os órgãos de informação por todo o país para rastrear, monitor e controlar a vida dos trabalhadores.

Nas condições de trabalho, a organização que a empresa assume tem sua estrutura e dinâmica apoiada no fordismo. E nesse sentido, foi uma resposta do capital diante das necessidades da acumulação nas condições do capital monopolista que inicia pela reorganização da produção com inovações como a linha de montagem até novas formas de gestão como a separação entre comando e execução propostas por Taylor.

Organização sindical e greve de 1987

Em 1964, os militares fizeram intervenções em centenas de entidades sindicais, através do terrorismo de Estado, cassando direitos políticos, prendendo milhares de dirigentes sindicais e impondo o fim ao ciclo de ascensão dos movimentos da classe trabalhadora. O impacto sobre o movimento sindical foi violento e demorou mais de uma década para sua retomada.

Para além da intensa repressão e das formas de consenso utilizadas pelo regime – como o discurso do Ministério do Trabalho em 1967 pela liberalização progressiva das atividades sindicais e em 1970 com a revalorização dos sindicatos enquanto órgãos integrados a sistema oficial da presidência com caráter assistencialista – houve persistência em iniciativas organizativas e ações reivindicatórias como as greves de Contagem e de Osasco, ambas em 1968.

Em Itaipu, a organização sindical tem seu amadurecimento em 1986 com a criação do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Civil de Foz de Iguaçu - SITRACOCIFOZ, já influenciando na luta das primeiras ondas de greves organizadas no canteiro de obras, duramente reprimidas por tanques do Exército.¹⁷

A empresa monitorou e controlou o sindicato ao produzir listagens com nomes das principais direções sindicais, como é o caso do documento em que aponta com nome quem

¹⁶ Documento referente a um trabalhador. A autora optou pela omissão dos envolvidos nas informações. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações.

¹⁷ MANARIN, Odirllei. **Peões da barragem**: memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu (1975 a 1991). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008, p. 107-109.

eram o presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º tesoureiro, 2º tesoureiro e diretor social.¹⁸ Em documento sobre a greve de 1987 que ocorreu entre as articulações dos representantes dos trabalhadores e das empreiteiras UNICON (União de Construtoras) e ITAMON (Construções Industriais Ltda.) prestadoras de serviço à hidrelétrica.

O movimento grevista coordenado pelo SITRACOCIFOZ, com duração entre 28 de setembro a 02 de outubro de 1987, teve como motivação o pagamento de ajuda habitacional retroativo a julho/8, aqueles empregados que não residem nas vilas residenciais; concessão do pagamento da ajuda habitacional para os empregados da Itamon que residem nos municípios circunvizinhos a Foz do Iguaçu/PR, a exemplo do que fez Unicon; 40% (quarenta) de reposição salarial a contar de setembro/87.¹⁹

Desse movimento, a Polícia Militar/PR e Exército foram acionados pela direção da Itaipu, para reprimir os grevistas. Além da justificativa de manter a ordem e o fornecimento de energia, no documento, a justificativa passa pelo tratado assinado pelo Brasil e Paraguai para “operar a hidrelétrica, independente de problemas internos que porventura possam ocorrer nos países signatários do tratado”.²⁰ Segundo Padrós, a aplicação da violência organizada produziu situações que variavam entre um violento disciplinamento e a institucionalização do horror.²¹ Essa multiplicação de formas de controle de poder e impunidade, são reflexos do sistema repressivo nos regimes ditatoriais do Cone Sul.

No documento “*Acompanhamento e avaliação do movimento sindical – Paraná e Santa Catarina – outubro de 87*”, o episódio envolvendo a intervenção da Polícia Federal do Paraná e o Exército é descrita como uma “operação, que ocupou diversos pontos de acesso da Usina, empregou tropas do 21º REGIMENTO DF. CAVALARIA MECANIZADA e do 34º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADA que afastaram os operários (...) provocando feridos (...). Um levantamento posterior mostrou que durante os choques foram feridos 5 (cinco) operários (...)”.²² A repressão ao movimento mostra a cumplicidade de interesses entre empresa e militares em operar a hidrelétrica independente de fatores internos, mesmo que esses fatores internos sejam reivindicações por melhores condições de trabalho.

¹⁸ BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_89008260_d0001de0001.pdf. A autora optou pela omissão dos envolvidos nas informações.

¹⁹ BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_87063927_d0001de0001, p. 6.

²⁰ *Ibidem*, p. 9.

²¹ PADRÓS, Enrique Serra. Ditaduras de Segurança Nacional em Regiões de Fronteira: o Rio Grande do Sul e a rede de direitos humanos. In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, julho 2013, p. 4 e 5.

²² BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_87007345_d0001de0001.pdf, p.4.

Considerações Finais

Mais importante do que concordar sobre a verdade, é necessário investigar os fatos e permitir o restabelecimento do debate público sobre acontecimentos oficialmente negados, mas que efetivamente ocorreram. A repressão aos trabalhadores e sua organização mostrava bem o caráter do regime que se instalava. A colaboração empresarial e militar fica evidente nos mecanismos de articulação de seus interesses e necessidades que implicaram uma burocracia e forma de administração.

A análise das fontes primárias revela de maneira detalhada a complexa trama de ações repressivas realizadas pela empresa durante a construção da usina de Itaipu. Ao mergulhar nessas fontes, é possível compreender a cumplicidade empresarial, evidenciando não apenas as medidas adotadas para reprimir os trabalhadores, mas também a organização sindical e os desdobramentos da greve de 1987. Essa análise permite uma visão mais abrangente e aprofundada sobre o engajamento da empresa na repressão aos trabalhadores, revelando nuances e detalhes que seriam invisíveis sem o estudo das fontes primárias.

Essas seis décadas desde o golpe empresarial-militar de 1964 têm representado um marco não apenas na história, mas também na compreensão da relação entre empresas e terrorismo de Estado. O avanço das pesquisas acadêmicas, aliado à descoberta de documentação inédita, tem lançado luz sobre os intrincados laços entre o setor empresarial e o poder estabelecido na época. À medida que os países do Cone Sul se voltam cada vez mais para a busca por memória, verdade, justiça e reparação, torna-se evidente que a compreensão aprofundada desses eventos não apenas enriquece nosso entendimento histórico, mas também sustenta a necessidade contínua de debate sobre o papel das empresas na sociedade, promovendo reflexões importantes sobre responsabilidade corporativa e seu impacto duradouro na estrutura social contemporânea.

Referências Bibliográficas

BADARÓ, Marcelo; VEGA, Rubén. **Trabalhadores e Ditaduras**: Brasil, Espanha e Portugal. Rio de Janeiro: Consequências, 2014.

CORREA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. “As falas de Jerônimo”: trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, vol. 23, n. 43, jul. 2016.

FILIPPINI, Leonardo; CAVANA, Agustín. Responsabilidade Empresarial e Terrorismo de Estado na Argentina. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, n. 6, jul./dez. 2011, p. 316-350.

FLORENTÍN, Carlos Gómez. Trabajadores, intelectuales y Estudiantes em el exilio. Itaipú y ditadura em el Cono Sur (1965-1985). In: ESTEVEZ, Alejandra; SALES, Jean; CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo (org.). **Mundos do Trabalho e Ditaduras no Cone Sul (1964-1990)**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018, p. 163.

KÖNIG, Mauri. Os filhos esquecidos de Itaipu: prostituição controlada pela ditadura para construir Itaipu deixou legião de crianças sem pai. **The Intercept**. Matéria publicada no dia 6 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/01/06/prostituicao-controlada-pela-ditadura-para-construir-itaipu-deixou-legiao-de-criancas-sem-pai/>. Acesso em: 18 set. 2023.

MANARIN, Odirlei. **Peões da barragem**: memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu (1975 a 1991). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008.

MARX, Karl. **O Capital** [Livro 2]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A Taipa da Injustiça**: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PADRÓS, Enrique Serra. Ditaduras de Segurança Nacional em Regiões de Fronteira: o Rio Grande do Sul e a rede de direitos humanos. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, julho 2013,

SILVA, Jussaramar da. **A Usina de Itaipu e a Operação Condor**: o outro lado das relações Brasil- Paraguai (1973-1987). Dissertação de mestrado em História. São Paulo: PUC-SP, 2010.

TELES, Edson; CALAZANS, Carla Osma e Marília. **Projeto A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura**: Aracruz, Cobrasma, CSN, Docas, Fiat, Folha de S. Paulo, Itaipu, Josapar, Paranapanema e Petrobras. CAAF/Unifesp, Junho 2023.

Recebido em: 06 out. 2023.

Aceito em: 27 out. 2023.